



A “Escola Sem Partido” e a desconstrução da educação para a cidadania

No processo de desmonte institucional e das políticas públicas, o projeto de lei denominado “escola sem partido” é simbólico e emblemático.

Simbólico, pois mostra muito bem como uma formulação desonesta pode trazer conceitos e provocar reações inversas das que se suporiam razoáveis. Na verdade, o próprio enunciado da questão leva a supor que existe uma “escola com partido”, isto é, uma política de ensino dirigida em favor de um dado projeto partidário, onde se faria a doutrinação ideológica de crianças, adolescentes e jovens.

Simbólico por que este enunciado esconde o que se busca de fato com este projeto, que é interditar qualquer debate, qualquer processo de construção do saber através da inteiração na relação educador-educando.

Sob a acusação de doutrinação, desautoriza o estabelecimento do debate, do diálogo, da escuta em duas vias como processo de formação do educando, para “tecnizar” o ensino, restringir o processo de educação à formação de força de trabalho, como reproduzidor do status quo, para formação de indivíduos cada vez mais alienados e acrílicos com relação às diversas contradições e conflitos cotidianos que temos que enfrentar enquanto sociedade. Não vamos esquecer da tentativa de retirada de Filosofia, Artes e Sociologia na reforma do ensino médio proposta e aprovada em 2017.

A escola, enquanto instrumento de educação e de transmissão do saber, nunca foi, e felizmente, nunca será um espaço neutro, tendo sido muito mais um instrumento ou de reprodução, e, em outras vezes, de transformação da nossa sociedade. Assim como serviu para a “difusão da fé católica à serviço da Coroa”, logo em sua entrada no Brasil, o ensino formal sempre esteve vinculado, em diversas conjunturas e embates, na ação e discussão política, note bem, mas quase nunca ocupando posição partidária.

É do conhecimento de todos, a importância e o envolvimento dos estudantes universitários e secundaristas nos momentos de resistência e construção democrática do nosso país, contra a ditadura de 1964, nas “Diretas Já”, no “Fora Collor”. Os movimentos de ocupação dos estudantes secundaristas na defesa do ensino médio, que se não conseguiu evitar, com certeza mitigou as medidas desestruturantes previstos naquela reforma.

No livro “Mentiras que Parecem Verdades” publicado pela primeira vez em 1972, os semiólogos Umberto Eco e Marisa Bonardi apresentam um levantamento dos conceitos transmitidos pelos livros didáticos adotados no processo de alfabetização, em relação a valores que são transmitidos, a conceitos e preconceitos que passam a ser, desde este primeiro momento, naturalizados,

transmitidos acriticamente no processo de alfabetização. Posições como a naturalização da miséria, do trabalho infantil, das diferenças de classe e estratificação social são colocadas como parte da vida, quando não fonte de alívio, quando atribui estas mazelas a uma ordem superior imutável, e assim desresponsabiliza tanto o indivíduo quanto a sociedade quanto às desigualdades e infortúnios pessoais.

Não tenho conhecimento de levantamento semelhante em material didático utilizado em escolas brasileiras, mas imagino que os resultados não sejam muito diferentes daqueles apresentados na pesquisa italiana, feita há quase 50 anos.

A escola é cada vez mais responsável, em função do ingresso das famílias no mercado de trabalho, entre outros fatores, por não apenas formar para o trabalho, mas também por educar seus alunos para a vida e para a cidadania.

Embora controvertido, este ponto, é consequência de uma sociedade onde a classe trabalhadora se dedica ao trabalho 44 horas por semana, onde, por questões de distribuição de renda e remuneração do trabalho, ambos os pais têm que contribuir para o sustento da família, e ainda somado o tempo cada vez maior de deslocamento do trabalhador para seu serviço, nossas crianças e jovens ficam cada vez mais expostos e carentes de formação educativa. Isso sem colocar na equação a precarização das relações familiares, o abandono parental e tantas outras condicionantes que se colocam como limitantes para que a família desempenhe esta função. Como as famílias estão sobrecarregadas, sobram para cumprir este papel de educador a escola, as igrejas e as ruas.

E nesta pauta entendo que a escola tem, sim, que promover a cidadania, combater preconceitos, trazer temas que as famílias não têm conseguido transmitir, pela própria fragilidade, como sexualidade e diversidade. Sabemos os traumas e perdas que estes desconhecimentos provocam, seja no convívio social, seja em situações evitáveis que em muitas realidades se tornam epidêmicas em função do não debater, do não conhecer, como é o flagelo da gravidez na adolescência, ou as terríveis estatísticas que nos apresentam como o país mais bárbaro e agressivo nas estatísticas mundiais em relação a levantamentos como feminicídio e assassinatos de transexuais.

É emblemático porque a questão da educação relativa à conscientização dos direitos de minorias foi criminosamente distorcida e convertida em um falso projeto de governo, nas últimas eleições, tendo sido, provavelmente, um dos itens de maior relevância para os resultados finais obtidos.

Um projeto que era para a formação de educadores para tratar a questão do gênero foi criminosamente transformado em um projeto de um “kit gay”, dedicado a converter as crianças brasileiras ao homossexualismo!!! Inacreditavelmente, esta teoria foi disseminada em um volume gigantesco por toda a sorte de meios de comunicação, principalmente pelas redes sociais, e o país passou a discutir, não a perda de direitos sociais, não o desmonte do estado, não a venda de nossas empresas e soberania, mas sim o inexistente e criminosamente divulgado instrumento de proselitismo homossexual.

A perda de direitos, da soberania e das empresas públicas virá de brinde.

Fica claro que uma sociedade que tenha uma educação inclusiva não ficaria tão vulnerável a esta manipulação, e é por isso que é tão combatida.

Celso Veras Baptista

Diretor Presidente do Neca